

Educação Para Surdos: Os Tipos De Comunicação E Os Recursos De Acessibilidade

Ivani Monsueth Alves Oliveira¹, Wedna Lima De Ataiades²,
Zileide Pereira Damaceno³, Aparecida José De Sousa Dantas⁴,
Deilma Soares Campos⁵, Solange De Souza Santos⁶

Universidade: Universidade Del Sol (Unades)

Universidade: Universidade Del Sol (Unades)

Universidade: Universidade Del Sol (Unades)

Universidade: Universidade Del Sol (Unades)

Universidade: Universidade Del Sol (Unades)

Universidade: Universidade Del Sol (Unades)

Resumo:

Este estudo, baseado em uma revisão sistemática da literatura de pesquisas realizadas entre 2015 e 2022, tem como objetivo analisar os desafios e avanços na educação inclusiva para alunos surdos no Brasil. Os dados foram coletados de vários bancos de dados, incluindo Periódicos CAPES, Scopus, Web of Science e SciELO Brasil. A análise se concentrou em temas relacionados a modalidades de comunicação, práticas de educação inclusiva e os desafios enfrentados por alunos surdos. O estudo explora o papel da Língua Brasileira de Sinais (Libras), da educação bilíngue. Os resultados revelam que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua natural da comunidade surda e desempenha um papel crucial em sua identidade e aprendizado. A educação bilíngue, que incorpora tanto a Libras quanto o português, é cada vez mais reconhecida como a abordagem mais eficaz para educar alunos surdos. No entanto, desafios como a falta de professores qualificados e acesso limitado à tecnologia assistiva persistem.

Palavras-chave: *Educação para surdos, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação inclusiva, recursos de acessibilidade, modalidades de comunicação.*

Date of Submission: 13-09-2024

Date of Acceptance: 23-09-2024

I. Introdução

Este artigo é um recorte da dissertação “Inclusão Educacional do Surdo: um desafio às escolas públicas (2015 – 2022)” que tem como objetivo geral “analisar quais são estes desafios através de uma revisão sistemática de literatura” este artigo, por sua vez, realiza, de forma bibliográfica, discute as diversas formas de comunicação utilizadas pela população surda. O surdo na sala de aula (classe comum e classe especial de ensino), o profissional tradutor intérprete da Língua de sinais (TILS).

Nos últimos oito anos, ocorreram no Brasil uma série de mudanças importantes no que diz respeito à inclusão educacional de surdos. A Lei nº 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), estabeleceu importantes garantias e direitos para as pessoas com deficiência, incluindo os surdos. Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Plano Nacional de Educação (2014-2024) também têm contribuído para a promoção da inclusão educacional de surdos no Brasil.

Considerando essas mudanças, uma revisão sistemática de literatura com este corte cronológico, de oito anos, se apresenta capaz de captar os principais avanços e desafios da inclusão educacional de surdos no Brasil. Nesse período, foram publicados um grande número de artigos, dissertações e teses sobre a inclusão educacional de surdos no Brasil permitindo uma ampla reflexão sobre o tema.

Quanto a sua natureza se caracteriza por ser qualitativa com análise de conteúdo nos moldes de Bardin (2011), Minayo (2012), Flick (2018), Fonseca, (2017), Silva (2017) apontam que as principais características da pesquisa de enfoque qualitativo são: subjetividade, narratividade, contexto.

Seguindo o modelo proposto por Bardin o projeto desta pesquisa se configura da seguinte forma:

Definição dos critérios de inclusão da literatura:

- Período de publicação: artigos/ensaios/dissertações/teses publicados nos últimos cinco anos (2018-2022).
- Idioma: artigos/ensaios/dissertações/teses publicados em português.

- Local de publicação: artigos/ensaios/dissertações/teses publicados em sites de armazenamento específico como: Periódicos Capes, Scopus, Web of Science, SciELO Brasil.
- Tópico: artigos/ensaios/dissertações/teses que abordam a inclusão educacional de alunos surdos nas escolas públicas brasileiras.
- As palavras-chave utilizadas na busca foram as seguintes: Inclusão educacional, Surdez, Escola pública, Desafios.

II. Desenvolvimento

As diversas formas de comunicação utilizadas pela população surda

Segundo a Federação Mundial de Surdos, em 2023, existem mais de 70 milhões de pessoas surdas em todo o mundo. Mais de 80% deles vivem em países em desenvolvimento. Coletivamente, eles usam mais de 300 línguas de sinais diferentes.

As línguas de sinais são línguas naturais de pleno direito, estruturalmente distintas das línguas faladas. Existe também uma linguagem gestual internacional, que é utilizada por pessoas surdas em reuniões internacionais e informalmente quando viajam e socializam. É considerada uma forma pidgin que não é tão complexa quanto as línguas de sinais naturais e possui um léxico limitado.

O portal do Mec.gov informa que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006.

No Brasil, a Convenção foi promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 é importante destacar que a Convenção entrou em vigor no Brasil em 27 de março de 2008.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece e promove o uso de línguas de sinais. Deixa claro que as línguas de sinais têm status igual às línguas faladas e obriga os Estados Partes a facilitar a aprendizagem da língua de sinais e a promover a identidade linguística da comunidade surda.

A Assembleia Geral da ONU proclamou o dia 23 de setembro como o Dia Internacional das Línguas Gestuais, a fim de aumentar a consciência sobre a importância da linguagem gestual na plena realização dos direitos humanos das pessoas surdas.

As estruturas das línguas de sinais mudam de seleção de país para país, assim como as línguas orais. Cada país possui sua própria língua de sinais, com sua estrutura gramatical, lexical e fonológica específica. Por exemplo, a Língua de Sinais Brasileira (Libras) tem sua própria estrutura, que é diferente da Língua de Sinais Americana (ASL) e da Língua de Sinais Francesa (LSF)

A importância das línguas de sinais reside no fato de que elas são a principal forma de comunicação para milhões de pessoas surdas em todo o mundo. Elas possibilitam a comunicação eficaz entre pessoas surdas e ouvintes, contribuindo para a inclusão e a acessibilidade desse público. Além disso, as línguas de sinais são fundamentais para a preservação da identidade e da cultura surdas, bem como para o desenvolvimento e aprendizagem das pessoas surdas, especialmente na educação.

Segundo Forcadell (2020) no Brasil, existe a Libras, que é uma língua de modalidade gestual-visual, reproduzida através de gestos, expressões faciais e corporais, possuindo um alfabeto e estrutura linguística e gramatical próprias.

Quadros (2010) afirma que a LIBRAS possui uma estrutura linguística própria, sendo uma língua de modalidade espaço-visual, completa e natural dos deficientes auditivos. Ela é baseada na Língua de Sinais Francesa e apresenta expressões que variam de região para região, mantendo a legitimidade da língua. A Libras tem uma gramática com regras próprias, que não segue as mesmas regras da língua portuguesa. Por exemplo, não utiliza conectivos e conjunções, e possui verbos, advérbios, pronomes, quantificadores e intensificadores, entre outros elementos.

Diferentes perspectivas teóricas sobre a educação de surdos e a Língua Brasileira de Sinais – Libras

Como mencionado nos últimos parágrafos do tópico anterior as diferentes perspectivas teóricas sobre a educação de surdos abordam a língua de sinais, a língua natural dos surdos, bem como a língua escrita ou falada. Cada uma dessas perspectivas desempenha um papel crucial na educação e no desenvolvimento dos surdos, e a abordagem mais adequada pode variar de acordo com as necessidades individuais e o contexto educacional.

De acordo com Perlin e Strobel (2009); Lacerda (1998); Kalatai e Streichen (2015), a língua de sinais é uma forma de comunicação visual e espacial utilizada pela comunidade surda. Ela possui sua própria gramática e estrutura linguística e é reconhecida como a língua natural dos surdos. A abordagem baseada na língua de sinais enfatiza a importância de fornecer acesso precoce e completo a essa língua, a fim de promover o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças surdas.

Libras faz parte das Línguas de Sinais (LS) que são as línguas naturais das comunidades surdas. As LS não são simplesmente mímicas ou gestos soltos. Elas têm estruturas gramaticais próprias e por isso têm o status de língua, pois são compostas de níveis linguísticos como: morfológico, fonológico, semântico e sintático.

Ao aprender a língua brasileira de sinais, uma pessoa poderá comunicar-se com outra que também tenha conhecimento da língua podendo discutir sobre diversos assuntos, sem limitações.

Megale (2005) defende a importância de os surdos terem acesso tanto à língua de sinais quanto à língua majoritária falada no país, juntamente com o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita. Isso pode ser alcançado por meio de abordagens educacionais que combinam a língua de sinais e a língua escrita ou falada, a fim de promover a alfabetização e a comunicação eficaz.

Fernandes e Moreira (2017) pontuam que atualmente, a abordagem mais amplamente exigida na educação de surdos é a abordagem bilíngue, que confirma a importância tanto da língua de sinais quanto da língua majoritária. Essa abordagem busca proporcionar um ambiente educacional que permita aos surdos desenvolver proficiência em ambas as línguas, a fim de apoiar seu aprendizado acadêmico e social embora a abordagem bilíngue seja a mais utilizada no momento, é fundamental considerar a diversidade de necessidades e capacidades dos surdos e adaptar as práticas educacionais de acordo com tais necessidades.

Cabe notar que seguindo as diretrizes da LDB a partir da Lei 14.191 de 2021, que no seu Art. 60-A.

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

Esta abordagem busca proporcionar um ambiente educacional que permita aos surdos desenvolver proficiência em ambas as línguas, a língua de sinais e a língua escrita ou falada, a fim de apoiar seu aprendizado acadêmico e social. Ela é atualmente a mais exigida na educação de surdos.

Manosso et al (2017) afirmam que a Pedagogia Surda defende que uma criança surda deve ter aulas ministradas em Libras por professores surdos desde a educação infantil. No entanto, a falta de professores surdos em número suficiente e preparados para assumir tais funções ainda é um desafio

Outra opção é a inclusão de surdos em Salas Regulares de Ensino, porém esta decisão tem gerado polêmica, pois muitos professores não se sentem preparados para trabalhar com surdos e desconhecem as técnicas metodológicas eficazes para a educação desses alunos.

Essas práticas refletem a busca por abordagens que consideram as necessidades específicas dos surdos, promovendo sua inclusão e desenvolvimento educacional.

Poker (2019) aponta para uma direção complementar a comunicação total que é uma abordagem educacional que busca incorporar todas as formas de comunicação possíveis para os surdos, incluindo a língua de sinais, a língua oral, gestos, mímicas e outros códigos manuais. Essa abordagem valoriza a comunicação e a interação, e não apenas o aprendizado de uma língua.

A prática da comunicação total inclui: Uso de língua de sinais; uso de língua oral, gestos, mímicas, leitura labial, manual do alfabeto, leitura da escrita, ritmo e mímica. Essa abordagem busca promover o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social dos surdos, respeitando a família e a cultura da criança surda.

Barros e Alves (2019) recordam que a comunicação total não é uma técnica, mas uma filosofia que busca incorporar todas as formas de comunicação possíveis para os surdos.

O surdo na sala de aula: classe comum e classe especial de ensino

Atendendo às necessidades de cada caso, os portadores de deficiência auditiva poderão frequentar normalmente uma escola comum do ensino regular nos seus diferentes tipos de atendimento.

A Política Nacional de Educação Especial (1994) e a Lei n. 6.094/2007, que traz diretrizes para a inclusão escolar, visam garantir o acesso e permanência de alunos com necessidades educacionais específicas, como surdos, nas aulas comuns do ensino regular estabelecendo que o ambiente regular de ensino/aprendizagem, no qual também estão matriculados, em processo de integração instrucional, os portadores de necessidades educativas especiais que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas no ensino comum.

Um fator muito importante e que deve ser levado em consideração na inclusão do educando com necessidades especiais ao sistema de ensino regular é o Processo Individual.

Pedroso e Dias (2011) lembram que cada aluno tem o seu momento oportuno para ser integrado na classe comum e esse tempo tem que ser respeitado para que a inclusão seja eficiente. Outros fatores que são determinantes para a inclusão são o grau e o tipo de perda auditiva, a idade em que esta ocorreu, quando foi diagnosticado tal perda e a época em que o aluno começou sua educação. Um aluno que foi diagnosticado e iniciou sua estimulação precoce frequenta mais cedo a classe comum.

Para que um aluno com surdez severa ou profunda inicie sua inclusão é necessário que ele, antes de tudo, adquira no mínimo, as técnicas da leitura e da escrita, a linguagem interior e de compreensão, linguagem de

emissão (expressiva), que são necessárias para a efetivação de sua comunicação e para que ele possa participar de atividades curriculares do ensino regular. Rosinha e Tozzo (2023); Alves et al (2010); Damázio (2007) lembram que para que se realize a inclusão do surdo em classe comum de ensino regular será necessário que:

A escola comum aceite o surdo como um cidadão com seus direitos constitucionais;

A escola comum esteja devidamente orientada pela equipe de Educação Especial para recebê-lo;

Haja o acompanhamento e o apoio individual para cada caso, pela escola especial, ou pela sala de recursos, ou pelo professor itinerante;

Os educandos que frequentam a classe comum em um período diário continuem, em outro período, na escola especial ou em sala de recursos;

Na escola especial ou em sala de recursos, o trabalho de acompanhamento do educando seja feito em pequenos grupos, com atenção individualizada para a estimulação auditiva, o desenvolvimento linguístico e o estudo dirigido, além do atendimento individual para o aperfeiçoamento da expressão oral, se for o caso;

A duração desse trabalho seja flexível, dependendo do grau de surdez, do nível de comunicação e das dificuldades de cada educando;

Haja um professor ou profissional especializado que atue como elemento de ligação entre a classe comum e a escola especial ou sala de recursos, uma vez que ele realiza o acompanhamento especializado, durante o processo de integração do educando ao Ensino Regular. Esse especialista está incumbido de acompanhar o desempenho do educando, identificando e/ou sanando suas dificuldades e necessidades, cabendo-lhe, ainda, orientar o professor de classe comum;

Todas as informações relativas ao desempenho do aluno, na classe comum, serão, também, fornecidas ao professor especializado, responsável pelo apoio ao educando na escola especial ou sala de recursos. Essas informações serão de maior relevância como orientação do trabalho específico a ser desenvolvido com o aluno em processo de integração escolar;

O material didático utilizado no atendimento especializado seja o mesmo sugerido para estimulação auditiva, desenvolvimento linguístico e apoio à escolaridade na Educação Fundamental;

Seja estimulada a participação da família, uma vez que é fator de maior importância para todo o processo educacional, contribuindo para a aceleração do processo de integração do aluno.

Classe Especial

De acordo com a política nacional de Educação Especial (1994, p.15) classe especial é:

A sala de aula em escolas de ensino regular, organizada de forma a se constituir ambiente próprio e adequado ao processo ensino/aprendizagem do alunado da educação especial. Nesse tipo de sala especial, os professores capacitados, selecionados para essa função, utilizam métodos, técnicas e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos.

Para o aluno que tem comprometimento linguístico e deficiência auditiva que o impeça de alguma forma o seu ingresso em classe comum, é instalada a classe especial em uma escola de Ensino Regular. Essa classe poderá estar localizada em escolas de Educação Fundamental ou em pré-escolas que devem ter como principal objetivo o desenvolvimento pleno da potencialidade do aluno, dando-lhe ferramentas para sua integração em classe comum após a sua alfabetização.

A homogeneização dos alunos a serem atendidos deve ter uma real importância. É importante também que se observe na classe especial o grau de perda auditiva, o comprometimento linguístico, a faixa etária, o nível de escolaridade, etc.

A classe especial pode ser de atendimento coletivo ou de atendimento individual. Essa tem equipamento específico para o atendimento de um educando e visa principalmente ao aperfeiçoamento da expressão oral e às correções fonéticas; aquela é a que pode ter equipamento de amplificação sonora para atender a um grupo de até oito alunos.

Os mesmos aspectos pedagógicos usados na educação infantil e educação fundamental devem ser usados na classe especial com algumas adaptações e complementações curriculares específicas como treinamento rítmico e linguagem, estimulações auditivas, treinamento fono-articulatório. A linguagem deve ser sempre a principal meta no atendimento em classe especial para que o aluno possa desenvolver gradativamente em todas as áreas.

A prática pedagógica da linguagem escrita do aluno surdo

Ao ingressar numa escola para ouvintes, o aluno surdo percebe-se em outro mundo completamente estranho ao dele. Percebe também que sua forma de comunicação parece não atingir os objetivos básicos de uma comunicação (emissor-receptor), gerando alguns comportamentos de timidez ou irritação. Diante do duplo despreparo: escola/aluno surge o sentimento de incapacidade. Muitos professores, ou a maioria deles, ignoram o fato de que a Língua Portuguesa não ser a primeira língua do surdo, impondo regras gramaticais com todas as suas complexidades.

Palomo (2003, p, 133) expõe esta situação da seguinte forma:

Nos processos de ensino/aprendizagem de língua materna a desconsideração dos fatos linguísticos que compõem a fala significa uma atitude perversa. Eles aparecem, por exemplo, nas manifestações espontâneas dos alunos, sobre as quais deve se desenvolver todo o trabalho docente com vistas a um aperfeiçoamento da competência linguística e, obviamente, comunicativa. O aprendizado refere-se sempre a um não-saber, mas deve tomar como base essencial e como ponto de partida o saber que uma pessoa (o aprendiz) possa ter sobre o objeto de ensino. Ora, já se tornou indiscutível o fato de o aluno chegar à escola, mesmo os mais novinhos, com um saber linguístico altamente significativo. Como desprezá-lo? Além disso, são manifestações espontâneas dos alunos, em qualquer nível de escolaridade, seus comentários e suas perguntas a respeito do tema tratado em aula. Por que impedi-los?

Para os surdos, este universo de propriedades da Língua Portuguesa é algo fora de sua familiaridade. A sua língua materna - língua que adquiriu primeiro - não possui todos estes recursos de linguagem. Daí pode-se gerar um conflito interno no aluno surdo, no sentido de não se sentir capaz de ser incluído no universo educacional onde a maioria é ouvinte. Pode-se perceber que a escola se encontra despreparada e diante de um grande problema, ou não se intimida diante do desafio de buscar novos mecanismos, deixando o tradicionalismo, para inovar no modo de ensinar.

Oliveira, Figueiredo (2018) lembra que é comum que surdos tenham muitos anos de vida escolar nas séries iniciais sem uma produção escrita compatível com a série, além de defasagens em outras áreas. Ao ter contato com um texto redigido por um surdo, o leitor ouvinte estranha a construção contida no texto. Isso acontece porque o leitor ouvinte desconhece a realidade do surdo, portanto supõe que este tem como língua materna, a Língua Portuguesa. Pelo fato de a percepção sensorial do surdo ser essencialmente visual, tendo acesso restrito, ou nem um acesso, à modalidade oral do português, o leitor ouvinte se surpreende com o fato de o surdo escolarizado demonstrar domínio tão restrito da Norma Culta.

Para a inclusão da língua escrita pelo surdo é necessário que se tenha o entendimento de que:

[...] o aluno tem uma linguagem interior e receptiva, antes de adquirir condições de ter uma linguagem expressiva (seja oral, escrita ou de sinais);

A linguagem expressiva (fala) não é pré-requisito para a alfabetização; significado de palavras isoladas, principalmente os substantivos concretos como, por exemplo, colher, sopa, mel etc. (BRASIL, 1997, pág.78).

Um dos maiores problemas enfrentados pelos alunos refere-se à interação vocabular, ou seja, a independência das palavras em uma frase. Nesse caso, é preciso que o professor se lembre-se de que a expressão: “colher de sopa”, por exemplo, funciona como um substantivo “composto” para designar mais o tamanho da colher do que propriamente sua finalidade. Assim sendo, o professor deverá trabalhar diferentes frases que contenham as palavras “colher”, “sopa” e “mel”, até poder chegar a dizer “tome uma colher de sopa”, “pegue a colher de sopa” e “tome uma colher de sopa de mel”, sem que o aluno confunda seus significados.

É preciso lembrar que este intrincado processo semiótico é desenvolvido no ambiente familiar bem antes do ingresso da criança na escola. Uma criança ouvinte estabelece estas “pontes” conceituais desde muito cedo o que não acontece com uma criança surda.

Para a criança surda a escrita não tem o apoio da oralidade e ao mesmo tempo em seu universo semiótico faz todo o sentido. Embora a lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Libras, a reconheça como estrutura gramatical própria, o sistema educacional impõe ao aluno surdo a gramática da Língua Portuguesa como se esta fizesse parte do seu mundo. Cabe lembrar que são estruturas completamente diferentes. A Língua Portuguesa possui uma gramática normativa com recursos como: conectivos, conjugação dos verbos, conjunções, pontuação, figuras de linguagem, pronomes, dentre outros. A Libras, além de não possuir essa gramática portuguesa, ainda não dispõe de nenhum desses recursos existentes na Língua Portuguesa.

De acordo com Quadros e Karnopp (2004), a Libras possui uma estrutura gramatical própria, diferente da estrutura do português. Os verbos são apresentados no infinitivo e as concordâncias e conjunções são feitas no espaço.

Quadros (2006) aborda a importância de conhecer a estrutura gramatical da Libras para se comunicar de forma adequada nessa língua, exemplificando que a ordem dos elementos na frase em Libras segue a estrutura SVO (Sujeito-Verbo-Objeto), diferente da ordem do português.

Segundo Felipe (2007), para se comunicar de forma eficaz em Libras, é fundamental conhecer não apenas os sinais, mas também a estrutura gramatical da língua, que possui características próprias, diferentes da estrutura do português.

Capovilla e Raphael (2001) apresentam exemplos de frases em Libras, mostrando que a ordem dos elementos segue a estrutura da própria língua de sinais, diferente da ordem do português.

Para que estas observações fiquem claras é possível pensar no seguinte exemplo: eu querer curso. As frases obedecerão à estrutura da LIBRAS e não a do português. Exemplo: você gostar curso?

As características apresentadas na Língua de Sinais são marcadas pela singularidade de uma língua gestual-visual. Cabe então indagar se há semelhança no texto produzido por ouvintes e por surdos na aquisição da segunda língua? A indagação é pertinente, pois se percebe que o professor busca no aluno surdo uma produção

no sistema oral, enquanto que a pessoa que nasce surda nunca experimentou tal sonoridade das palavras, mesclando as duas línguas ao escrever, pelo fato de não ter ainda um currículo voltado para o surdo. Assim é natural a incompreensão do leitor ouvinte e desconhecedor do sistema visual-espacial.

O esforço do aluno surdo em adaptar-se à estrutura portuguesa é percebido quando algumas palavras, fora de sentido, são introduzidas para “enriquecer” (aumentar) o texto. A diferenciação entre português/Libras é grande no tocante aos aspectos estruturais expressivos.

Este é um dos motivos da presença do intérprete que faz a mediação entre professor – aluno – colegas, principalmente quando o professor titular não conhece como é estruturada a escrita do aluno surdo.

Em sua maioria, tanto as escolas como os educadores não estão preparados para respeitar a diferença da escrita do surdo para a escrita convencional. No momento da correção de um texto, há a exigência de que a estrutura gramatical seja a mesma usada na Língua Portuguesa, desconsiderando completamente a ideia nele contida. “Enquanto na Língua Portuguesa, as palavras são organizadas numa sequência natural de sua estrutura, na Libras um sinal pode representar uma palavra ou até mesmo uma pequena frase”. (STRNADOVÁ, 2000, p. 57). O Surdo não vê um conjunto de letras em sua mente, mas a própria ideia no sinal.

Mantoan & Alves (2015) ressaltam que os principais desafios enfrentados pelos alunos surdos no processo de aprendizagem da Língua Portuguesa, incluem: Falta de estímulos auditivos e dificuldade na aquisição da língua oral as dificuldades na compreensão da língua falada, a falta de familiaridade com a Língua Portuguesa, que é a segunda língua para os alunos surdos, a criação de sinais para expressar estruturas gramaticais da Língua Portuguesa, como preposições, conjunções e marcadores de tempo, gênero e número e o uso de sinais na ordem do Português, sem, no entanto, usar marcadores, como no Português sinalizado. Estes “ajustes” entre a Libras e a Língua Portuguesa levantam outras questões como a não existência na língua de sinais componentes da estrutura frasal do Português (preposição, conjunção, etc.), são criados sinais para expressá-los. Além disso, utilizam-se marcadores de tempo, de número e de gênero para descrever a língua portuguesa através de sinais. A isto se chama de Português sinalizado.

Dias (2012), lembra que os ouvintes vêm tentando fazer adaptações na Libras, gerando confusão à mente do surdo que demonstra claramente que quando estão conversando somente com surdos, eles utilizam puramente a Libras, mas quando tem um ouvinte na conversa então muitas vezes ele também se comunica, utilizando o português sinalizado.

A ideia de que se pode fazer transformações em outra língua, rouba a oportunidade de valorizar e aprender a cultura dos falantes dessa língua e – nesse caso – contraria-se o princípio do Bilinguismo que é mais uma filosofia educacional que surgiu na década de 90.

Mantoan e Alves (2015) autores ligados ao bilinguismo defendem a língua como ponto de acesso para o desenvolvimento do surdo, abrindo o caminho para o conhecimento, favorecendo a comunicação com os surdos e com os ouvintes, propiciando o desenvolvimento cognitivo e social.

Ao assumir a surdez como uma diferença, o surdo percebe que é inteiramente capaz de aprender na sua língua materna e ainda pode acrescentar como mais um conhecimento uma segunda língua, no caso, o português. Dessa forma, não há necessidade de adaptações na língua, mas apenas na metodologia empregada pelo professor.

Nesta corrente didática o surdo não precisa buscar semelhanças no mundo ouvinte, é possível marcar sua existência no ambiente em que vive, sendo ele mesmo, entendendo que é limitado apenas no ouvir, sendo capaz de superar essa limitação através de mecanismos criados por ele, utilizando sua língua materna e aperfeiçoando-a cada vez mais ao defendê-la como sua.

Contudo é importante ressaltar que quando o surdo desenvolve a língua de sinais, a estrutura dessa língua é absorvida e, de acordo com Mantovam e Alves (2015), ela terá livre intercuro de pensamento e expressão desses.

Para entender melhor que se trata de duas estruturas diferentes, por exemplo, o sistema de preposições no português do Brasil compõe-se de: a) um grupo relativamente fechado, que inclui as preposições denominadas pelas gramáticas de essenciais e acidentais: a, após, até, com, contra, desde, em, entre, para, por, sem, sob, sobre, durante etc. b) um grupo mais aberto, em que estão incluídas as denominadas locuções prepositivas: a propósito de, de acordo com, por meio de, por causa de, por baixo de, etc. Trata-se de uma categoria cujos elementos estabelecem as mais diversas relações semânticas.

Diferentemente, em LIBRAS, a categoria das preposições possui número bastante reduzido de elementos, restritos, sobretudo às relações de lugar. Muitas relações estabelecidas por preposições no PB são representadas em LIBRAS por meio de mecanismos espaciais (FARIA, 2000, p.7).

Dias (2012) acrescenta que é preciso primeiro separar os contextos da ocorrência para, então, trabalhar os matizes semânticos de cada preposição. Essa distinção de contextos e usos é um pressuposto metodológico, ou seja, não se trata de ensinar todos os contextos e usos de cada preposição individualmente, mas simplesmente de verificar em que tipo de contexto uma determinada preposição aparece no texto-base. É preciso partir sempre de contextualizações, para então, trabalhar com os aprendizes: a semântica das preposições, as categorias a que estão

ligadas (casos de regência), ou as expressões idiomáticas. Em outras palavras, será a partir do texto-base que o professor vai selecionar os aspectos relevantes a serem ensinados.

No ensino de português do Brasil como segunda língua para o surdo, será necessário que o professor conheça as diferenças entre as línguas. A citada no parágrafo anterior é apenas uma das muitas. Ainda não foram estabelecidos padrões e normas que regulamentem e torne eficaz o ensino da escrita do surdo.

Quadro sinóptico

No intuito de apresentar de forma resumida os principais pontos sobre as questões abordadas por este objetivo.

Quadro sinóptico

Temas	Conceito central	Histórico desenvolvimento	Operacionalização
Formas de comunicação	As línguas de sinais são línguas naturais de pleno direito, estruturalmente distintas das línguas faladas	Exclusão Visão assimilacionista, buscando integrar os alunos à cultura majoritária à custa de sua própria cultura Oralismo Comunicação total Bilinguismo: Libras como a primeira língua.	A alfabetização do surdo pela LIBRAS e em um segundo momento a sua alfabetização do português.
O surdo na sala de aula (sala comum / sala especial)	Inclusão através de apoio multidisciplinar pedagógico e administrativo	Exclusão A exclusão na inclusão Inclusão efetivada	-A escola comum orientada pela equipe de Educação Especial. -Acompanhamento e o apoio individual para cada caso, pela escola especial, ou pela sala de recursos, ou pelo professor itinerante; -Os educandos que frequentam a classe comum em um período diário continuem, em outro período, na escola especial ou em sala de recursos; - Na escola especial ou em sala de recursos, o trabalho de acompanhamento do educando seja feito em pequenos grupos, com atenção individualizada para a estimulação auditiva, o aperfeiçoamento da expressão oral, se for o caso; -A duração desse trabalho seja flexível, dependendo do grau de surdez, do nível de comunicação e das dificuldades de cada educando; - Capacitação do professor regente -Haja um professor ou profissional especializado que atue como elemento de ligação entre a classe comum e a escola especial ou sala de recursos, uma vez que ele realiza o acompanhamento especializado, durante o processo de integração do educando ao Ensino Regular. -Todas as informações relativas ao desempenho do aluno, na classe comum, sejam, também, fornecidas ao professor especializado, responsável pelo apoio ao educando na escola especial ou sala de recursos. -O material didático utilizado no atendimento especializado seja o mesmo sugerido para estimulação auditiva, desenvolvimento linguístico e apoio à escolaridade; -Seja estimulada a participação da família
O profissional tradutor intérprete	É fundamental para garantir a inclusão e a acessibilidade de pessoas surdas na sociedade	Além de possuir fluência na Língua de Sinais, o TILS deve ter conhecimento sobre a cultura surda e estar atualizado sobre as normas e legislações que garantem os direitos das pessoas surdas.	O TILS não é apenas um tradutor literal, mas sim um mediador cultural, que deve adaptar a mensagem para que ela seja compreendida de forma clara e precisa pelos usuários da Língua de Sinais.

Fonte: autores.

É possível sintetizar este quadro apontando alguns temas comuns com destaque para a importância das línguas de sinais, como a LIBRAS, que são reconhecidas como línguas naturais. Historicamente, houve uma visão assimilacionista que priorizou a integração dos surdos à cultura majoritária, resultando em práticas como o oralismo e a comunicação total. A proposta atual defende o bilinguismo, onde a LIBRAS é a primeira língua, seguida da alfabetização em português. A inclusão deve ser efetivada através de apoio multidisciplinar, com a presença de profissionais especializados que garantam a comunicação e a acessibilidade. O papel do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) é fundamental, não apenas como tradutor, mas como mediador cultural que adapta a mensagem para garantir a compreensão adequada da cultura surda.

III. Considerações Finais

Ao apresentar uma revisão que se pretende abrangente da literatura sobre a educação de alunos surdos no Brasil evidencia-se alguns aspectos, como: A importância das línguas de sinais, especialmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e os desafios enfrentados por alunos surdos na aquisição do português escrito. O debate entre salas de aula inclusivas e classes especializadas para alunos surdos. As diferentes abordagens para ensinar alunos surdos, incluindo educação bilíngue e o método de comunicação total.

Esta revisão destacou os avanços significativos que foram feitos na educação de alunos surdos no Brasil na última década. O crescente reconhecimento da língua de sinais como uma língua natural e a ênfase crescente na educação bilíngue têm sido desenvolvimentos particularmente importantes. No entanto, os desafios persistem, incluindo a falta de professores qualificados e a necessidade de ambientes educacionais mais inclusivos.

Pesquisas futuras devem se concentrar nos resultados de longo prazo de diferentes abordagens educacionais e nas experiências de alunos surdos no ensino superior. Além disso, há necessidade de mais estudos que explorem o papel da tecnologia no apoio à educação de alunos surdos.

Para melhorar as experiências educacionais de alunos surdos, os formuladores de políticas devem investir em treinamento de professores, desenvolver currículos culturalmente responsivos e fornecer recursos adequados para as escolas. Os educadores devem continuar a defender os direitos dos alunos surdos e trabalhar para criar salas de aula inclusivas onde todos os alunos possam prosperar. Ao enfrentar os desafios e construir sobre os sucessos do passado, podemos criar um sistema educacional mais equitativo e inclusivo para todos os alunos surdos.

Referências

- [1] Alvez, Carla Barbosa; Ferreira, Josimário De Paula; Damázio, Mirlene Macedo. A Educação Especial Na Perspectiva Da Inclusão Escolar: Abordagem Bilíngue Na Escolarização De Pessoas Com Surdez. Brasília: Ministério Da Educação, Secretaria De Educação Especial, 2010.
- [2] Bardin, L.(2011). Análise De Conteúdo. São Paulo: Edições 70.
- [3] Barros, Hellenvivian De Alcântara; Alves, Francisco Regis Vieira. As Principais Abordagens De Ensino Para O Surdo: E A Valorização Da Cultura Dos Surdos. Instituto Federal Do Ceará. 2019. Disponível In [Http://Dx.Doi.Org/10.33448/Rsd-V8i8.1231/](http://Dx.Doi.Org/10.33448/Rsd-V8i8.1231/) Acesso: 15.02.2024
- [4] Brasil. Lei Nº 8.069, De 13 De Julho De 1990. Dispõe Sobre O Estatuto Da Criança E Do Adolescente E dá Outras Disposições. Diário Oficial Da União, Brasília, Df, 13 Jul. 1990.
- [5] Brasil. Ministério Da Educação. (2019). Diretrizes Nacionais Para A Educação Especial. Disponível Em: [Https://Www.Mec.Gov.Br/Diretrizes-Nacionais-Para-A-Educacao-Especial](https://Www.Mec.Gov.Br/Diretrizes-Nacionais-Para-A-Educacao-Especial) Acesso 15.06.2024
- [6] Capovilla, Fc; Raphael, Wd Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue Da Língua De Sinais Brasileira. 3.Ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- [7] Damázio, Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento Educacional Especializado: Pessoa Com Surdez. Brasília: Secretaria De Educação Especial, 2007.
- [8] Dias, Aline Fernanda Alves. Língua Portuguesa E Libras: Duas Línguas Que Precisam Conviver Lado A Lado. Revista Escrita. Ano 2012. Número 15. Disponível In [Https://Www.Maxwell.Vrac.Puc-Rio.Br/20830/20830.Pdf](https://Www.Maxwell.Vrac.Puc-Rio.Br/20830/20830.Pdf). Acesso 12.06.2024
- [9] Faria, S. R. 'Interface Da Língua Brasileira De Sinais-Libras Com A Língua Portuguesa E Suas Implicações No Ensino De Português Para Surdos. Pesquisa Linguística, Nº 6. Universidade De Brasília. (2000)
- [10] Felipe, T. A Libras Em Contexto: Curso Básico. 8. Ed. Rio De Janeiro: Walprint Gráfica E Editora, 2007.
- [11] Fernandes, Sueli; Moreira, Laura Ceretta. Políticas De Educação Bilíngue Para Estudantes Surdos: Contribuições Ao Letramento Acadêmico No Ensino Superior. Curitiba: Intersaberes, 2012. 141 P.
- [12] Flick, Uwe (2018). Introdução À Pesquisa Qualitativa (5ª Ed.). Porto Alegre: Penso.
- [13] Fonseca, C. S. (2017). Metodologia Da Pesquisa Científica (2ª Ed.). São Paulo: Atlas.
- [14] Forcadell, Elizete Pinto Cruz Sbrissia Pitarch. Libras. Paranaíba - Pr.: Fatecie, 2020. 200 P.
- [15] [Http://Portal.Mec.Gov.Br/Component/Docman/?Task=Doc_Download&Gid=424&Itemid](http://Portal.Mec.Gov.Br/Component/Docman/?Task=Doc_Download&Gid=424&Itemid) Acesso 11.05.2024
- [16] [Http://Portal.Mec.Gov.Br/Seesp/Arquivos/Pdf/Carta_Milenio.Pdf](http://Portal.Mec.Gov.Br/Seesp/Arquivos/Pdf/Carta_Milenio.Pdf) Acesso 17.02.2024
- [17] [Http://Portal.Mec.Gov.Br/Seesp/Arquivos/Pdf/Dec_Def.Pdf](http://Portal.Mec.Gov.Br/Seesp/Arquivos/Pdf/Dec_Def.Pdf) Acesso 18.02.2024
- [18] [Http://Portal.Mec.Gov.Br/Seesp/Arquivos/Pdf/Dec_Def.Pdf](http://Portal.Mec.Gov.Br/Seesp/Arquivos/Pdf/Dec_Def.Pdf) Acesso 18.02.2024
- [19] [Http://Portal.Mec.Gov.Br/Seesp/Arquivos/Pdf/Dec_Inclu.Pdf](http://Portal.Mec.Gov.Br/Seesp/Arquivos/Pdf/Dec_Inclu.Pdf) Acesso 18.02.2024
- [20] [Http://Portal.Mec.Gov.Br/Seesp/Arquivos/Pdf/Salamanca.Pdf](http://Portal.Mec.Gov.Br/Seesp/Arquivos/Pdf/Salamanca.Pdf) Acesso 17.02.2034
- [21] [Http://Www.Surdocidadao.Org.Br/Institucional/Surdos/A-Cultura-Surda/](http://Www.Surdocidadao.Org.Br/Institucional/Surdos/A-Cultura-Surda/) Acesso 28/02/024
- [22] Kalatai, Patricia E Streiechen, Eliziane Manosso. As Principais Metodologias Utilizadas Na Educação Dos Surdos No Brasil. Curso De Pedagogia Da Universidade Estadual Do Centro-Oeste. (2015). Disponível In: [Https://Anais.Unicentro.Br/Seped/Pdf/Iiiv3n1/120.Pdf](https://Anais.Unicentro.Br/Seped/Pdf/Iiiv3n1/120.Pdf) Acesso 15.02.2024

- [23] Lacerda, Cristina B.F. De Um Pouco Da História Das Diferentes Abordagens Na Educação Dos Surdos. Universidade Metodista De Piracicaba, Curso De Fonoaudiologia. (1998) Disponível In <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/wsczsyprf68rsh4fknknyr/#> Acesso 15.02.2024
- [24] Lei N. 6.094, De 20 De Dezembro De 2007 . Brasília: Ministério Da Educação.
- [25] Libras. Central De Libras. O Que É Libras?. 2023. Disponível Em: <https://institucional.amil.com.br/> Acesso Em: 13 De Fevereiro De 2024.
- [26] Manosso Streiechen, Eliziane; Krause-Lemke, Cibele; Pinheiro De Oliveira, Jáima; De Carvalho Cruz, Gilmar. Pedagogia Surda E Bilinguismo: Pontos E Contrapontos Na Perspectiva De Uma Educação Inclusiva. Acta Scientiarum. Education, Vol. 39, Núm. 1, 2017, Pp. 91-101. Universidade Estadual De Maringá. Maringá, Brasil
- [27] Mantoan, Mt, & Alves Da Silva, C. (2015). A Língua De Sinais E A Educação Inclusiva Para Alunos Surdos: Desafios E Perspectivas. Revista Brasileira De Educação Especial, 16(2), 201-214.
- [28] Megale, Antonieta Heyden. Bilinguismo E Educação Bilíngüe – Discutindo Conceitos. Revista Virtual De Estudos Da Linguagem – Revel. V. 3, N. 5, Agosto De 2005. Disponível In: [Www.Revel.Inf.Br]. Acesso 12.06.2024
- [29] Minayo, M. C. S. (2012). O Desafio Da Pesquisa Social: Teoria, Método E Criatividade. Rio De Janeiro: Editora Fiocruz.
- [30] Oliveira, Paula De Carvalho Fragozo; Figueiredo, Catia Crivelente Walter De. O Ensino De Língua Portuguesa Para A Criança Surda Na Educação Bilíngüe. Revista Espaço, P. 159-179, 2018.
- [31] Palomo, S. "A Máquina Das Crianças". Porto Alegre: Editora Artes, 2003.
- [32] Pedroso, Cristina Cinto Araujo; Dias, Tércia Regina Da Silveira. Inclusão De Alunos Surdos No Ensino Médio: Organização Do Ensino Como Objeto De Análise. Nuances: Estudos Sobre Educação, Presidente Prudente, Sp, V. 19, N. 20, P. 134-154, Maio/Ago. 2011
- [33] Perlin, Gládis E Strobel, Karin. Teorias Da Educação E Estudos Surdos. Universidade Federal De Santa Catarina. Licenciatura E Bacharelado Em Letras-Libras Na Modalidade A Distância. Florianópolis 2009 Disponível In: https://www.libras.ufsc.br/colecaoletraslibras/eixoformacaoespecifica/teoriasdaeducacaoestudosurdos/assets/257/textoba_seteoria_da_educacao_e_estudos_surdos_pronta.pdf Acesso 15.02.2024
- [34] Poker, Rosimar Bortolini. Abordagens De Ensino Na Educação Da Pessoa Com Surdez. Módulo Ii – Teórico. Res., Soc. Dev. 2019. Disponível In https://www.marilia.unesp.br/home/extensao/libras/mec_texto2.pdf. Acesso 15.02.2024
- [35] Política Nacional De Educação Especial (1994) . Brasília: Ministério Da Educação E Cultura. Secretaria De Educação Especial.
- [36] Quadros, Rm De; Karnopp, Lb Língua De Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- [37] Quadros, Ronaldo Bergmann. Educação De Surdos: Abordagem Bilíngüe E Intercultural. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- [38] Rosinha, Nicolle Callado. Tozzo, Cristiane Regina. Integração Ou Inclusão Do Estudante Surdo No Ensino Regular E No Especial. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo Do Conhecimento. Ano. 08, Ed. 06, Vol. 05, Pp. 85-97. Junho De 2023. Issn: 2448-0959, Link De Acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/estudante-surdo>, Doi: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/estudante-surdo
- [39] Silva, M. C. (2017). Pesquisa Qualitativa: Guia Prático Para Iniciantes (2ª Ed.). Petrópolis: Vozes.
- [40] Strnadová, V. Como É Ser Surdo. Petrópolis: Babel, 2000.